



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150376 - CE (2021/0218743-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : JARDEL DE ARAUJO SOUSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JARDEL DE ARAUJO SOUSA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (06261551720218060000).

O recorrente foi preso em flagrante, em 24/3/2021, pois, de acordo com a denúncia, teria supostamente crime tipificado no art. 157, §§ 2º, II e 2º-A, I, do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva, para preservar a ordem pública, sob o fundamento da gravidade concreta do crime e da periculosidade evidenciada na forma que o delito foi perpetrado.

Sustenta que está sofrendo constrangimento ilegal decorrente da prisão cujo decreto possui fundamentação inidônea, porquanto as circunstâncias do caso apontam para a ausência de periculosidade concreta do paciente, que é primário, possui residência fixa e exerce trabalho digno (agricultor). Alega, ainda, ofensa ao princípio da presunção de inocência. Defende que a prisão preventiva não pode ser meio de cumprimento antecipado da pena.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência, fazendo cessar o constrangimento ilegal que vem sofrendo. No mérito, pede o provimento do recurso para que seja concedida a ordem do *habeas corpus* impetrado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

(...) 1. Observa-se constarem prova da existência do delito e indícios suficientes da autoria, nos moldes do que exige o art.312,caput, do Código de Processo Penal.2. Impende examinar a necessidade de arresto

cautelar da liberdade com extrema acuidade vez que a decretação da prisão preventiva ou a denegação da liberdade provisória, quando presentes os motivos que ensejam aquela, é frequentemente interpretada como mácula ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a pessoa, simplesmente acusada do cometimento de um crime, isto é, sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, é levada ou mantida no cárcere.<sup>3</sup> A documentação ora em análise demonstra, desde logo, que o acusado, aqui paciente, encontra-se efetivamente, ao menos neste momento, desprovido do mínimo de idoneidade necessária para a permanência em liberdade, uma vez que, segundo consta da acusação, sinaliza-se a periculosidade dos agentes pelo modus operandi empregado: crime de roubo de veículo e pertences das vítimas, praticado com o emprego ostensivo de arma de fogo, em concurso de agentes, seguido de fuga em via pública e perseguição por agentes policiais ao desobedecerem à ordem de parada. Por fim, ainda arremessaram o armamento com veículo em movimento na tentativa de alguma forma “descaracterizar” a gravidade da conduta delituosa.<sup>4</sup> A prudência evidencia que, quando a acusação diz respeito a imputações de exacerbada nocividade, como no presente caso, uma vez presentes os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, é imprescindível a adoção da medida constritiva excepcional da liberdade, no desiderato maior de preservar a tranquilidade do cotidiano comunitário, assegurar a aplicação da lei penal ou por conveniência da instrução criminal.<sup>5</sup> Atenta, pois, a estas razões, firmei convencimento de que, na espécie, faz-se presente, de forma concreta, para preservação da ordem pública, a necessidade da prisão cautelar do paciente, razão pela qual se torna impossível conceder-lhe a ordem requerida, porquanto insuficiente a aplicação de outras medidas cautelares menos gravosas, “haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal”. Precedentes do STJ.<sup>6</sup> Habeas corpus conhecido. Ordem denegada. Com recomendação ao magistrado de origem. (...)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente